

CÂMARA MUNICIPAL DEFORTALEZA GabinetedoVereador Julierme Sena

EMENDA MODIFICATIVA Nº ________ /2025 0 0 0 4 / 2 0 2 5

AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 0009/2025

Modifica o art. 4º do PLO nº 0009/2025, prevendo a restituição dos valores pagos a título de Taxa de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (TMRSU)..

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA aprova:

Art. 4º O disposto nesta Lei assegura aos contribuintes, pessoas físicas ou jurídicas:

- § 1º A devolução dos valores pagos a título de TMRSU, na forma de:
- I Crédito para abatimento no IPTU de imóveis de uso residencial;
- II Créditos aplicáveis aos tributos municipais de competência do Município de Fertaleza, para pessoas jurídicas, incluindo ISS e outras taxas de serviços municipais.
- $\S~2^\circ$ O valor a ser devolvido será proporcional ao montante efetivamente pago durante a vigência da TMRSU.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA,

EM_____DE______

Juierme Sena
Vereador

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO
RECEBIDO EM:

17 JAN 2025
22 22 18
22 22 18
22 22 28
23 29 18
24 20 20 20
25 20 20 20
26 20 20 20
26 20 20 20
27 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20
28 20 20

CÂMARAMUNICIPALDEFORTALEZA: Avenida ThompsonBulcão, 830-Gabinete 21-Patriolino Ribeiro CEP: 60020-180-Fortaleza/Ceará



CÂMARA MUNICIPAL DEFORTALEZA GabinetedoVereador Julierme Sena

JUSTIFICATIVA

A emenda propõe a devolução dos valores pagos pelos contribuintes como forma de reparação pela cobrança indevida da TMRSU. Apesar do recolhimento da taxa, Fortaleza enfrentou sérios problemas com o acúmulo de lixo em diversos pontos, como apontado publicamente pelo Prefeito Evandro Leitão durante a campanha eleitoral.

A devolução em formato de crédito tributário garante que os contribuintes sejam compensados sem comprometer o orçamento público de forma abrupta. Além disso, o abatimento em tributos como IPTU e ISS é uma medida justa que assegura a equidade fiscal e fortalece a confiança da população na administração pública.

Com a extinção da TMRSU, é fundamental que o Município reconheça o direito dos contribuintes ao ressarcimento proporcional ao montante pago, considerando a insuficiência na prestação do serviço durante a vigência da taxa.

Por fim, a devolução por meio de créditos tributários reforça o compromisso com a transparência, garantindo justiça fiscal e segurança jurídica aos cidadãos de Fortaleza.

Assim, nosso intuito é de contribuir e melhorar o Projeto em epígrafe.

DEPARTA	AMENTO LEG	ISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA,
EM	DE	DE
		Julierme Sena
		Vereador